

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 1902/2012**, de autoria do deputado Luiz Paulo, que "Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 2440/2017**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Altera a Lei nº 6854, de 30 de junho de 2014 que estabelece critérios de transparência e dá outras providências".

Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer contrário** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1514/2016**, de autoria do deputado Martha Rocha, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SCA)".

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 2491/2017**, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Obriga os estabelecimentos comerciais, no âmbito do Rio de Janeiro, a afixarem cartazes dispondo sobre a percepção do troco nas compras em dinheiro". Parecer **pela constitucionalidade, com emenda**.

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2469/2017**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Estabelece prazo para desbloqueio de linhas telefônicas e dá outras providências". **Parecer favorável, com emenda**.

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 2531/2017**, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telefonia, de TV a cabo, de cartão de crédito e similares manterem em suas páginas na internet link próprio que possibilite ao consumidor realizar a suspensão ou o cancelamento do contrato de prestação de serviço via internet". Parecer **favorável, com a emenda da CDC**¹.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 2007/2016**, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que "Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências". Parecer **favorável com a emenda da CEIC**²

¹CDC – Comissão de Defesa do Consumidor

²CEIC – Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Cultura

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer contrário** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 1573/2016**, de autoria do vereador Benedito Alves, que "Institui meia-entrada para jornalista, radialista e repórteres fotográficos e cinematográficos em estabelecimentos público ou privado de entretenimento no estado do Rio de Janeiro".

Educação:

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 1232/2012**, de autoria do Deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei nº 783, de 05 de outubro de 1984, na forma que menciona". (refere-se à cobrança da taxa de matrícula e outros).

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 566/2015**, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas a orientação profissional, nos períodos que menciona".

Indústria de Bebidas

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer contrário** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 2224/2016**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Altera a Lei nº 6.821, de 25 de junho de 2014 que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à Produção de Cerveja e Chopes Artesanais no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". Parecer **favorável com as emendas da CCJ**.

Indústria de Transporte Coletivo

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 3304/2017**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "cria no estado do Rio de Janeiro o Programa de Prevenção ao abuso sexual e violência no transporte coletivo público e privado no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". Parecer **pela constitucionalidade**.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Cultura** o **parecer** do relator, deputado Wanderson Nogueira, ao **Projeto de Lei nº 2010/2016**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Altera a Lei nº 4.849, de 25 de setembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social e dá outras providências". Parecer **favorável com a emenda da CDDHC**³.

³ CDDHC – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

**Indústria Plástica/
Indústria Alimentícia/Saúde**

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** do relator, deputado Dr. Julianelli, ao **Projeto de Lei nº 792/2015**, de autoria do deputado Luiz Martins, que "Dispõe sobre a proibição na fabricação e comercialização de utensílios plásticos domésticos, utilizados para acondicionar alimentos destinados ao consumo que tenham na sua composição, Bisfenol-A (BPA-A) ou ftalato e dá outras providências". Parecer pela **baixa em diligência** – encaminhando o PL à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:**Sessão Plenária: 03/10/2017****URGÊNCIA**

RETIRADO DE PAUTA o **Projeto de Lei nº 3420/2017**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 2.657/1996, que Dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e dá outras providências", a pedido do líder do governo, deputado Edson Alberassi. **Recebeu 21 emendas.**

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a45d6115331cabb7832581ae00674358?OpenDocument>

APRECIADO, em discussão única, em regime de urgência, o **Projeto de Lei nº 3419/2017**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.174/2015, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), de competência do estado do Rio de Janeiro". **Retirado de pauta por ter recebido 95 emendas.**

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/ccb81e58ea809c9e832581af0064fc3b?OpenDocument>**1ª DISCUSSÃO**

APROVADO com emenda⁴ o **Projeto de Lei nº 1999/2016**, de autoria do deputado Bruno Dauire, que "Dispõe sobre o respeito às prerrogativas dos advogados no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

⁴ Emenda de plenário

Link para acessar a redação do vencido

<http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/2c44d55eb2609c63832581af00565b31?OpenDocument>

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 1.694/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de atualização orçamentária das placas informativas de obras públicas”. O projeto **recebeu três emendas** e retorna às Comissões Técnicas para análise.

Link para acessar as emendas

<http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e71b2945228d4b20832581af00683e95?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1797/2016**, de autoria dos deputados Zeidan e Márcio Pacheco, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas de aquisição de máquinas de cartão de crédito e débito, adaptadas para pessoas com deficiência visual, no estado do Rio de Janeiro”. **Retornará em 2ª discussão.**

Sessão Plenária: 04/10/2017

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) derrubou 30 vetos do Executivo a projetos de lei aprovados pela Casa (66,7% dos 45 vetos analisados). As **novas leis serão promulgadas ou atualizadas** (no caso de veto parcial derrubado) e publicadas no Diário Oficial.

Leis promulgadas pela Alerj ou atualizadas e publicadas saíram publicadas no Diário Oficial do dia 10/10/2017.

Os líderes partidários se reuniram para analisar os vetos antes da sessão sob a presidência do deputado Jorge Picciani.

Destaques para:

Derrubada do veto total ao **projeto de lei 739/07**, do deputado Luiz Paulo (PSDB), que permitirá a realização de vistoria em veículos mesmo em caso de inadimplência no IPVA”. **Lei 7.718 de 09 de outubro de 2017**

Derrubada do veto ao **projeto de lei 1.241/12**, do deputado Luiz Martins (PDT), que determina que o pagamento integral do IPVA não poderá ser uma exigência do Detran para realizar a transferência da propriedade do veículo. Os proprietários poderão fazer a troca até a data do vencimento do imposto. **Lei 7.731 de 09/10/2017**

Veto parcial ao **projeto de lei 2.885/17**, do Executivo, que formalizou a adesão do Rio ao Plano de Recuperação Fiscal (Lei 7.629/17) e acabou derrubado em plenário. **Republicação da Lei nº 7.629 de 09 de junho de 2017.**

-Derrubado o veto total ao **Projeto de lei 1.461/12**, do deputado Bebeto (PDT), que “Modifica a Lei 3.486/00. Com isso, as delegacias de polícia são obrigadas a registrar boletins de ocorrências em casos de roubo, furto ou perda de documentos”. **Lei 7.736 de 09/10/2017**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 720/15**, do deputado Zaqueu Teixeira (PDT), que cria um programa para incentivar pesquisas e invenções científicas no estado. **Lei 7.716 de 09/10/2017.**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 482/15**, do deputado Luiz Paulo (PSDB), que Dispõe sobre a transparência na execução orçamentária do estado do Rio de Janeiro. (que determina que o Governo disponibilize o acesso para qualquer cidadão ao Sistema de Informações Gerenciais (SIG), programa que acompanha a execução orçamentária do estado pela internet). **Lei 7.719 de 9/10/2017.**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 490/11**, do deputado Paulo Ramos (PSol), que isenta da cobrança, pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), da taxa de manutenção e operação das estações próprias de tratamento de esgoto para imóveis que fazem parte dos condomínios do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). **Lei 7.721 de 09/10/2017**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 1.886/12**, da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB), que "Dispõe sobre o pagamento de meia tarifa de estacionamento para estudantes (garante, para estudantes matriculados em faculdades localizadas em shopping centers e hipermercados, o pagamento da meia tarifa nos estacionamentos)". **Lei 7.723 de 09/10/2017**

– Derrubado o veto total ao **projeto de Lei 958/15**, dos deputados Comte Bittencourt (PPS) e Zeidan (PT) que "Cria o Programa Cine Clubes nas escolas do estado". **Lei 7.724 de 09/10/2017.**

– Derrubado o veto parcial ao **projeto de lei 475/15**, do deputado Benedito Alves, que Autoriza o poder executivo a criar nas escolas públicas e particulares de ensino do estado do rio de janeiro programas de esclarecimentos sobre a alergia alimentar, seus sintomas, suas consequências, os cuidados a serem tomados e as formas de tratamento. (criar nas escolas públicas e particulares, programas de esclarecimento sobre alergia. O trecho vetado determina as ações que os programas devem realizar). **Republicação da Lei 7.651 de 14 de junho de 2017.**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 591/15**, do deputado Dr. Julianelli (Rede), que cria o Programa de Inclusão da Polpa do Fruto da Palmeira Juçara nas Escolas, com o objetivo de reforçar a merenda escolar da rede pública de ensino. **Lei 7.733 de 09/10/2017.**

– Derrubado o veto total ao **projeto de lei 835/15**, do deputado Zaqueu Teixeira (PDT), que institui a Política Estadual de Barreiras de Segurança nas Rodovias Estaduais e Federais. O objetivo é fiscalizar, monitorar e proteger as rodovias do Rio que fazem fronteiras com outros estados. **Lei 7.734 de 09/10/2017**

Vetos mantidos

–Veto parcial ao **projeto de lei 1.419/16**, da deputada Martha Rocha (PDT) que se transformou na Lei 7.546/17. A norma aumentou a punição para estabelecimentos que facilitam ou realizam a prática da exploração sexual, pedofilia e tráfico de pessoas. O artigo vetado diz que, nos casos de suspensão ou cassação da inscrição no ICMS, a medida seria estendida aos sócios do estabelecimento punido.

SESSÃO PLENÁRIA: 05/10/2017

URGÊNCIA

RETIRADO DE PAUTA pela presidência o Projeto de Lei nº 3075/2017, de autoria do deputado Rosenverg Reis e outros, que "Altera a lei 7626 de 09 de junho de 2017, que autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica".

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 577-A/2015, de autoria do deputado Iranildo Campos, que "Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seus acabamentos". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/bf1951506e1a2e75832581b100615eb5?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 2096/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que "Dispõe sobre a responsabilidade por dano, na prestação indevida de serviços de telefonia móvel e fixa no estado do Rio de Janeiro". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/4e26811caed701d8832581b0006bcf4e?OpenDocument>

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

AGORA É LEI:

Lei 7.702 de 02 de outubro de 2017 (promulgada)

Oriunda do PL 184-A/2015

Autores: deputados Carlos Minc e Paulo Ramos

Proíbe a exposição da vida dos bancários de bancos públicos e privados e seus familiares.

Lei 7.705 de 02 de outubro de 2017 (promulgada)

Oriunda do PL 2490-A/2017

Veda a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.

LEI Nº 7.699 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Oriunda do PL 1575/16

Autor: Deputado Tio Carlos

Altera a Lei nº 4.089, de 26 de março de 2003, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de prevenção a síndrome fetal pelo álcool.

LEI Nº 7.700 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Oriunda do PL 2167/16

Autora: Deputada Márica Jeovani

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e laboratórios utilizarem protetor de pescoço em pacientes que serão submetidos a exames de raio X odontológico, mamografia ou tomografia, e dá outras providências.

LEI Nº 7.701 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Oriunda do PL 2641/217

Autor: Deputado Zaqueu Teixeira

Altera a Lei nº 6.701, de 11 de março de 2014, e a Lei nº 7.426, de 24 de agosto de 2016. (jornada de trabalho dos servidores de enfermagem auxiliares técnicos e enfermeiros). Sancionado com veto parcial.

LEI Nº 7.707 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

Oriunda do PL 1382-A/16

Autor: Deputado Carlos Minc

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo ao uso de bicicleta por estudantes da rede pública de ensino, e dá outras providências.

LEI Nº 7.708 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

Oriunda do PL 1592/16

Autor: Bruno Dauaire

Declara a festa de São Francisco de Paula, do município de São Francisco de Itabapoana, patrimônio cultural imaterial do estado do Rio de Janeiro.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:**Ato do Governador:**

Publicação no DO-I de 2/10/17

Decreto nº 46.101 de 29 de setembro de 2017

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 13 de outubro de 2017, e dá outras providências.

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 2/10/17

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento**Resolução SEFAZ nº 140 de 28 de setembro de 2017**

Revoga dispositivo da Resolução SEFAZ nº 33/2017, em decorrência da publicação da Lei nº 7.659/16, que altera a Lei nº 7.428/16, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do estado do Rio de Janeiro.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Conjunta das Comissões de: Minas e Energia e de Defesa do Consumidor

Dia: 11-outubro-2017

Hora: 10:00

Local: Departamento de Biblioteca do Palácio Tiradentes

Tema: Discutir a crise no fornecimento de energia elétrica da Região dos Lagos

*Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.*